

## DESIGUALDADE SOCIAL E TERRITÓRIO: uma breve reflexão

***Maria Aparecida Tardin Cassab\****

***Luiz Cláudio Ribeiro\*\****

***Priscila Schettino\*\*\****

### RESUMO

Este artigo dá continuidade a um debate anterior que trata da seletividade nas políticas de transferência de renda. A partir da noção de espacialidade e do entendimento da cidade como expressão, e ao mesmo tempo, geradora de desigualdade discute-se a introdução do critério espacial como forma de superação da seletividade baseada nas histórias de vida individuais. Defende-se que com a adoção de estratégias espaciais poder-se-ia obter não só maior impacto com a política de transferência de renda, mas também produzir uma nova subjetividade na relação do Estado com as demandas sociais dos segmentos empobrecidos, na perspectiva de direitos sociais.

Palavras chaves: Política Social, Espacialização, Transferência de renda.

### ABSTRACT

This article is the continuation of a previous debate that refers to the selectivity of income transference politics. From the spaciality notion and the understanding of the city as an expression, and at the same time, responsible for the inequality the introduction of the special criteria is discussed as a means to overcome the selectivity based on the individual life histories. From the adoption of special strategies we assume that it is possible to obtain not only a major impact with income transference politics, but also produce a new subjectivity in the relation of the state with the social demands of the poor segments in the perspective of social rights.

Key words: Welfare. Spaciality. Income Transference.

## 1 INTRODUÇÃO

A pobreza, associada às profundas desigualdades sociais, constitui-se como a marcante característica da maior parte das economias da América Latina e particularmente do Brasil hoje. Ao lado deste traço observa-se ainda uma persistente incapacidade por parte do poder público de combate a essas condições. Ao contrário, claramente os anos 90 mostraram que o empobrecimento dos trabalhadores, mesmo os assalariados se acentua, e aqueles que próximos da linha de pobreza a ultrapassam e experimentam um decréscimo geral em sua condição de vida.

A noção de território tem sido objeto de estudo, com mais intensidade a partir da ampliação do debate acerca dos processos de globalização do capital e do trabalho. Uma

---

\*Professora; Doutora

\*\*Professor; Doutor

\*\*\*Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq

das vertentes preponderantes neste debate é aquela que vai buscar estabelecer uma articulação entre a produção do espaço social e o Estado, ou seja, entender o espaço socialmente produzido e “assim imbuído de uma segunda natureza ideológica e política” (SOJA, 1983, 45). Esse entendimento surge como uma questão central frente a intensa mundialização do capital, que expandiu-se de modo cada vez mais abrangente, de forma ao mesmo tempo homogênea e fragmentadora, em escala global, mas também hierarquizada em dominâncias espaciais de subordinação, centros – periferias.(FERNANDES, 1977).

A expansão da acumulação capitalista intensifica a hierarquização social através do aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho e da concentração dos meios de produção. Assim, a produção e o consumo passam a desempenhar papel crucial na organização espacial, que tem as cidades como os locais que se interligam através do comércio e dos serviços. É a acumulação capitalista que gera a diferenciação hierárquica entre os centros de distribuição. A rede de localidades centrais cumpre simultaneamente dois papéis complementares, como meio para o processo de acumulação e também de reprodução das classes sociais. Nos limites desta comunicação não cabe desenvolver amplamente a composição e relação destas redes, porém é importante que se ressalte que no processo de reprodução das classes sociais, esta se faz, em grande parte, através do consumo diferenciado de bens e serviços.

A objetivação do espaço social ocorre assim com a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens e serviços, que podem ser utilizados segundo a distribuição espacial dos indivíduos, sendo neste movimento definido o valor dos diferentes lugares do espaço social. Porém, o espaço social não se reflete no espaço físico apenas pela divisão espacial dos indivíduos em sua aglomeração nas cidades; pela distribuição dos bens e serviços, sejam de natureza pública ou privada. Produz-se ao mesmo tempo a localização dos sujeitos a partir do lugar que ocupa e de sua posição em relação a outros indivíduos.

A capacidade de dominar o espaço vai depender diretamente da posse do capital, que permite manter a distância pessoas e coisas a ele indesejáveis e aproximar o que lhe é desejável. A proximidade no espaço físico e social dos bens desejáveis favorece maior acesso e a proximidade acaba por propiciar a reprodução do domínio econômico e simbólico dos meios de circulação e comunicação na cidade.

Santos (1994) chama a atenção para o fato de que a população se multiplica e empobrece nas cidades experimentando a degradação de suas condições de existência. Nesse processo a cidade estabelece-se como relação social que em sua materialidade é produtora de pobreza, pois faz dos habitantes dos territórios de pobreza, pessoas ainda mais pobres.

Já a partir da década 80, o ritmo de crescimento populacional das cidades brasileiras tem apresentado médias decrescentes. Porém, quando estas médias são

desagregadas pelas cidades e nestas pelos setores que a compõem, o que se observa é que não há homogeneidade entre esses setores. Córdia (1998) mostra essa desigual distribuição na cidade de São Paulo que concentra taxas elevadas nas regiões mais pobres, alterando drasticamente o perfil da distribuição dos grupos etários no município.

No entanto, não é somente o ritmo de crescimento que é desigual nas cidades brasileiras. Este é apenas um indicador das drásticas diferenças de condições de vida nas várias regiões e bairros das cidades. A desigual distribuição de recursos determina a existência de zonas de risco social intenso. Essas zonas podem ser mapeadas nas cidades e torna seus moradores particularmente sensíveis em relação a esses riscos.

Torres (2004) identifica estes déficits pelo conceito de “externalidades negativas”. Refere-se aos bairros com alta concentração de pobres, onde a escola é pior, as possibilidades de acesso ao emprego formal é menor, pois é menor o número de empregados, diminuindo as redes de relações das pessoas e onde os moradores estão muito mais expostos a riscos provenientes da falta de infraestrutura urbana, da instabilidade da propriedade da terra e da violência e violação de direitos.

A consideração da dimensão espacial na política social permite que se conheça suas diferenciações no território. Este conhecimento é produzido com o objetivo de “superar as dificuldades de leitura dos índices tradicionais de porcentagem de cobertura de infraestrutura e indicadores gerais de condições de domicílios que, não territorializados, deixam de revelar uma imagem fiel das diferenças de condições urbanas no interior de um município. Cruzando os indicadores, poderemos esboçar mais claramente um quadro de onde a urbanização é completa, e onde ela é precária ou incompleta por qualquer razão. Este indicador pode também contribuir para medirmos a segregação urbana, cruzando-o com dados de renda familiar, renda de chefes de família, cor e outras variáveis econômicas e sociais” (ROLNIK, 1999).

Portanto, a noção de espaço socialmente produzido e a de território pode ser uma fértil via de conhecimento da particularidade das práticas sociais, pois ele inclui as relações de produção, as formas de reprodução, as de circulação e o exercício efetivo do poder na vida cotidiana e suas negações, o que se pode chamar do “espaço banal” (Santos) que é o domínio dessas particularidades como acontecimentos para os sujeitos. A apreensão desse domínio se dá em primeira instância como fragmento e articulação do território em sua desigualdade, ao mesmo tempo expressão e vetor de reprodução da desigualdade social. Nesse sentido, ele é reflexo e determinação, unidade de produção e reprodução da vida.

A construção para um “olhar especializado” das políticas impõe a necessidade de se pensar como interpretar a relação entre a distribuição das ocorrências, verificando sua

concentração espacial e relacionando-a com outros indicadores das várias dimensões da realidade experimentada nas regiões de concentração.

Com o objetivo de contextualizar esse debate no estudo de uma cidade de porte médio, uma vez que a literatura refere-se basicamente as metrópoles (Torres, 2004; Ribeiro, 1998), procurou-se conhecer essa dinâmica no município de Juiz de Fora. A questão que orientou a organização do trabalho com os dados dos setores censitários (IBGE, 2001) foi: Como a distribuição de serviços públicos de infra-estrutura urbana no município está relacionada a renda dos moradores destes setores?.

## 2 MÉTODO DE CRIAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Foram considerados para análise apenas os setores censitários que continham pelo menos 100 domicílios permanentes. A base de dados do IBGE por setores censitários permite encontrar o número de domicílios por setor que têm rendimento médio até um salário mínimo. O número de domicílios com rendimento de até um salário mínimo foi dividido pelo número total de domicílios permanentes no setor para termos um valor relativo. Dessa forma passamos a ter uma variável que indica qual a percentagem de domicílios do setor que tem renda de até um salário mínimo. Essa variável foi recodificada em duas categorias: uma que contém os 10% de rendimentos médios mais baixos e a outra categoria com os demais. Os dados referentes a essa variável encontram-se na tabela abaixo. Nela vemos que 52 setores censitários (10%) têm mais de 33,9% dos domicílios com rendimento de até um salário mínimo.

Tabela 1 - Número de setores censitários cujos domicílios têm renda de até um salário mínimo

	Frequencia	Porcentagem
até 33,9% dos domicílios	466	90,0
Mais de 33,9% dos domicílios	52	10,0
Total	518	100,0

Método semelhante ao utilizado para construir a variável referente à renda foi utilizado para criar variáveis que consideram a oferta de serviços públicos de água, esgoto e lixo. Considerou-se inicialmente o número relativo de domicílios por setor censitário que não dispõem desses serviços. Em seguida tais variáveis foram recodificadas em duas categorias: uma que considera os 10% dos setores em piores condições em relação aos serviços em questão (mais mal servidos) e a outra categoria que abarca os demais setores censitários.

Com relação à coleta de lixo observamos na tabela abaixo que os 10% dos setores com as piores condições possuem mais de 2% dos domicílios sem este serviço (tabela abaixo).

Tabela 2- Número de setores censitários cujos domicílios não têm coleta de lixo

	<b>Frequencia</b>	<b>Porcentagem</b>
até 2% dos domicílios sem coleta de lixo	467	90,2
mais de 18,5% sem rede de esgoto	51	9,8
Total	518	100,0

Os setores censitários com as piores condições relativas de serviços de esgoto Apresentam mais de 18,5% dos domicílios desprovidos desse serviço público.

Tabela 3 - Número de setores censitários cujos domicílios não estão ligados a rede pública de coleta de esgoto

	<b>Frequencia</b>	<b>Porcentagem</b>
validade até 18,5% sem rede de esgoto	467	90,2
mais de 18,5% sem rede de esgoto	51	9,8
Total	518	100,0

Com relação ao serviço de água, verifica-se na tabela a seguir que quase 10% dos setores censitários têm mais de 9,5% dos domicílios não conectados à rede de abastecimento.

Tabela 4- Número de setores censitários cujos domicílios não estão ligados a rede pública de água

	<b>Frequencia</b>	<b>Porcentagem</b>
até 9,5% dos domicílios sem água	467	90,2
mais de 9,5% dos domicílios sem água	51	9,8
Total	518	100,0

### 3 CRUZAMENTO DOS DADOS

Na tabela a seguir são apresentados os números referentes ao cruzamento das variáveis referentes aos serviços de água e de esgoto. Nela vemos que 66,7% dos setores piores servidos de rede de esgoto são também os que apresentam os maiores percentuais de domicílios não ligados à rede de água.

Tabela 5 - Crosstab

SMESGREC	SEMAGREC		
	até 9,5% dos domicílios sem água	Mais de 9,5% dos domicílios sem água	Total
até 18,5% sem rede de esgoto	450 96,4%	17 3,6%	467 100%
mais de 18,5% sem rede de esgoto	17 33,3%	34 66,7%	51 100%
<b>Total</b>	467 90,2%	51 9,8%	513 100%

O teste do qui-quadrado aplicado aos dados da tabela acima indica que as duas variáveis consideradas estão correlacionadas de maneira altamente significativa ( $p$ -valor $<0,001$ ).

A tabela a seguir apresenta os resultados do cruzamento da variável referente aos serviços de água e de esgoto. O resultado do teste do qui-quadrado indica que elas são estatisticamente altamente correlacionadas ( $p$ -valor $<0,001$ ). Quase 57% dos setores censitários com os percentuais mais elevados de domicílios sem coleta de lixo são também aqueles menos servidos de abastecimento de água.

Tabela 6 - SMLIXREC \* SEMAGREC Crosstabulation

SMLIXREC	SEMAGREC		
	até 9,5% dos domicílios sem água	Mais de 9,5% dos domicílios sem água	Total
até 2% sem coleta de lixo	445 95,3%	22 4,7%	467 100%
mais de 2% sem coleta de lixo	22 43,1%	29 56,9%	51 100%
<b>Total</b>	467 90,2%	51 9,8%	513 100%

A associação entre os setores relativamente menos servidos de rede de esgoto e de coleta de lixo é altamente significativa ( $p$ -valor $<0,001$ ). Cinquenta e um por cento dos setores que apresentam os piores serviços de coleta de lixo são também aqueles mais mal servidos de rede de esgoto.

Tabela 7- Crosstab

SMLIXREC	SMESGREC		
	até 9,5% dos domicílios sem rede de esgoto	Mais de 9,5% dos domicílios sem rede de esgoto	Total
até 2% sem coleta de lixo	442 94,6%	25 5,4%	467 100%
mais de 2% sem coleta de lixo	25 49,0%	26 51,0%	51 100%
<b>Total</b>	467 90,2%	51 9,8%	513 100%

As associações da variável referente ao percentual de domicílios com renda até um salário mínimo com aquelas referentes aos serviços públicos de coleta de lixo, abastecimento de água e de rede de esgoto também foram estatisticamente significativas. Contudo, conforme pode ser visto nas três tabelas a seguir, os percentuais de concordância de setores nas piores condições de renda e de serviços públicos (36,5%, 30,8% e 28,8% respectivamente com serviços de lixo, água e esgoto) são menores do que os observados apenas entre os serviços considerados nesta análise (51%, 56,9% e 66,7%).

#### 4 CONCLUSÃO

O que a análise dos dados parece indicar é que o porte da cidade não produz diferenças significativas em relação a dinâmica mais geral de concentração de vulnerabilidades agravadas por condições espaciais degradadas. Em consonância com a literatura sobre o tema pode-se concluir que as oposições sociais objetivadas no espaço físico da cidade refletem na vida dos indivíduos, marcados pela falta de recursos, em um meio ambiente degradado e voltado à um sentido de menos valia social

As desigualdades sociais que os dados acima indicam demonstram que no espaço cristalizam-se as relações sociais. As desigualdades são claramente expostas no acesso aos bens e serviços públicos essenciais da infraestrutura urbana. No espaço essas desigualdades se desenvolvem e aprofundam produzindo mais miséria e lugares relegados em contraposição crescente àqueles desejados pelo capital.

Ao longo do tempo o Estado, através de suas políticas realiza importante papel na expansão da cidade, sustentando a competição e a reprodução ampliada do capital. Para isso, entre outras estratégias, o Estado vai produzir o espaço como espaço político. Isso indica que esta produção é cada vez mais o espaço da luta política, pois é expressão e

objeto crescente dos conflitos e contradições que acabam por atravessar a vida quotidiana, o espaço da reprodução e consumo.

A política de transferência de renda, tal como é operada hoje no município, desconsidera essa dimensão. Sua seletividade concentra-se na renda per capita da família. Encontra-se hoje dispersa pelo território e diluída em seu impacto por uma visão fragmentada de seus beneficiários, seja pela obliteração de seu corte de classe, seja pela dispersão de recursos na cidade. Desta forma, as ações de transferência de renda pouco contribuem para que se efetive como política e produzem uma incidência no território através de impactos reais em sua organização física, distribuição e ampliação de acesso aos bens socialmente produzidos.

Também não contribui para uma nova subjetividade que possibilite aos sujeitos resignificarem o “espaço banal”. Tarefa fundamental se considera estar nele inscritos o campo simbólico, com suas múltiplas possibilidades de simbolização nas práticas coletivas, que orientam os sujeitos – a reprodução – e as possibilidades de sua mudança e ruptura, pois é o campo das lutas sociais – a produção do novo.

Assim, admitir o espaço urbano como condição, meio e produto da ação humana, pelo uso, ao longo do tempo, nos conduz a superação da imagem da cidade como simples localização dos fenômenos para revelá-la na condição de sentido da vida e enquanto lugar do possível, e portanto, aberta também ao futuro. Nesse sentido, é preciso ainda entender o tipo de subjetividade que nela se inscreve, avalista da naturalização das violências e amplamente reproduzida e reinventada pela mídia. Pois como nos mostra Adorno (1993, p. 215), a crítica do presente só é possível com a identificação das dimensões lacunares da memória para “produzir perspectivas nas quais o mundo se desloca, se estranha, revelando suas fissuras e fendas”.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Mínima Moralía**. São Paulo: Àtica, 1993.

BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: \_\_\_\_\_. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p. 1 – 15.

CÁRDIA, N. A violência urbana e os jovens. In: PINHEIRO, P.S. **São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE, n.13, v. 4, 1999.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.





TORRES, H. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990.  
**Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.54, 2004.